

Entrevista nº 121

Entrevistado: *José Carlos Barbosa Neto*

Cargo: Desembargador aposentado

Data: 10 de junho de 2005

Local: Museu da Justiça

Duração: 61 min

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva

Entrevistadores: Jorge Luís Rocha

Regina Célia de Souza Lemos

Levantamento bibliográfico e roteiro: Jorge Luís Rocha

Sumário: Gilmar de Almeida Sá

Sumário

Dados pessoais: origem e formação. Relatos sobre o pai, Baltazar Gama Barbosa, magistrado no Rio Grande do Sul. O início da carreira de serventuário da Justiça como auxiliar judiciário. O período em que foi serventuário da Justiça Federal: oficial de Justiça e chefe de Secretaria. Os estudos para o concurso de juiz da Justiça do Trabalho. A aprovação e a nomeação para o cargo de juiz substituto. O concurso de 1971 para juiz do estado da Guanabara; a aprovação e a nomeação em 1973; o trabalho na vara de contravenções penais; a repressão; o convívio com os juízes João Francisco Gonçalves Neto e Francisco Horta. A passagem pelo IV Tribunal do Júri. Opinião acerca da existência do Tribunal do Júri. Deficiências do júri: anacronismo, persuasão dos advogados. O episódio que envolveu um membro da família Cunha Lima e o filho de um general: a pressão sofrida; a questão da impunidade no Brasil; detalhes do crime. Consequências da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro para a magistratura: aumento do tempo de espera para o juiz chegar ao Tribunal. A extinção dos Tribunais de Alçada: promoções ao cargo de desembargador; antagonismo entre desembargadores oriundos dos dois antigos estados; a propositura sem sucesso da ação no Supremo Tribunal Federal patrocinada pelo pai. Relato de pressão exercida por um oficial de Justiça durante a Ditadura Militar. O elitismo no Judiciário. Relato de desprezo ao povo exercido por uma juíza do antigo Tribunal de Alçada. Experiências da passagem pela vara de família privativa de justiça gratuita: o bom relacionamento com a Defensoria Pública e o bom andamento dos serviços; as alterações nos procedimentos em prol da população menos favorecida; o grande número de acordos e conciliações entre os mais pobres; Resistências à efetivação dos acordos de divórcio por parte de um promotor de justiça. Referência a uma lenda de sua terra natal: “Negrinho do Pastoreio”. O atual estado da defensoria no estado do Rio de Janeiro e as lutas por melhores salários. Aspectos positivos e negativos da Lei Orgânica da Magistratura (LOMAN). A emenda que restringia o exercício do magistério pelo magistrado. Explicações sobre o assassinato do filho de Heitor Lira, envolvido no processo do desaparecimento de Dana de Teffé, em que atuou: A reconstituição dos fatos; a pressão sofrida; a aplicação da recente “Lei Fleury” (*lei 5941/73*) ao caso; atritos com a promotoria; a absolvição da ré; o sentimento pessoal em relação ao fato. Juizados de Pequenas Causas – sucesso e deficiências: acesso; gratuidade. A experiência na Justiça Eleitoral. As apurações antes da informatização. A pena e suas finalidades retributiva e educativa. A deficiência do sistema carcerário no aspecto educativo. A corrupção no sistema penitenciário. Composição dos Tribunais Superiores: critérios

políticos sobrepondo-se ao mérito; necessidade de mandatos temporários para os ministros e mais rigor nas avaliações pelo Senado Federal; possibilidade de convidar grandes juristas para o corpo de avaliadores. A boa formação jurídica dos novos magistrados e a importância da experiência de vida para o exercício da magistratura. O corporativismo na Justiça Militar. Lembranças relativas ao prédio que hoje abriga o Museu da Justiça: o exame oral no plenário do Tribunal Pleno do estado da Guanabara; o presidente Olavo Tostes; as varas de família gratuita; as circunscrições do Registro Civil. Os casamentos: a realização das audiências; a narração de um episódio engraçado de sua carreira. Agradecimentos.